



# Edição Especial INFORMATIVA



## A INFORMATIVA

Disseminação do conhecimento: um convite ao aprofundamento da temática de gênero e interseccionalidades

## ARTIGO

É possível para as mulheres fazer a diferença no Poder Judiciário?

## RESENHA

Insubmissas Lágrimas de Mulheres, de Conceição Evaristo

# A Informativa

nasceu do reconhecimento da importância da divulgação de artigos acadêmicos, jurisprudências, entrevistas, resenhas de livros, filmes e outras formas de manifestação intelectual e artística que, de alguma forma, permitam a disseminação do conhecimento e convidem ao aprofundamento da temática de gênero e interseccionalidades. Faremos edições trimestrais com enfoque em diferentes aspectos da violência de gênero e interseccionalidades, uma atuação conjunta da Coordenadoria da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Poder Judiciário de São Paulo (Comesp) com acadêmicas da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, Faculdade de Direito de Ribeirão Preto – USP, Faculdade de Direito da Fundação Getúlio Vargas, e Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

## NA PRIMEIRA EDIÇÃO, CELEBRA-SE A ATUAÇÃO DE ANGÉLICA DE MARIA MELLO DE ALMEIDA À FRENTE DA COMESP



Desembargadora do Tribunal de Justiça de São Paulo desde 2005, ingressou na Magistratura em 1995 como a primeira mulher a integrar o Tribunal pelo Quinto Constitucional – classe Advocacia. Foi coordenadora do projeto de instalação da Vara Especial de Violência Doméstica do TJSP (2008/2009) e coordenadora da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar (Comesp) de 2012 a novembro de 2020.

À frente da Comesp, atuou de forma expressiva na defesa dos direitos humanos das mulheres, sendo precursora da implementação de importantes políticas públicas de enfrentamento à violência de gênero, doméstica e familiar contra a mulher.

O direito é fenômeno dinâmico. Deve ser construído por vários atores, por todos nós. Vale lembrar o pensamento de Dulce Critelli: *“o que vemos ou ouvimos sozinhos é insuficiente para decretar a realidade de qualquer coisa. Nada é real se percebido na solidão. O real é compartilhado”*. Discurso na instalação do Anexo de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da 8ª Vara Criminal (22/1/09) - Desembargadora Angélica de Maria Mello de Almeida.

## SOBRE A HOMENAGEADA

*Com sua delicadeza, rompeu barreiras e venceu obstáculos! Abriu portas trancadas e ensinou, com elegância ímpar, o lugar que a mulher merece estar.*

Desembargadora do TJSP Maria de Lourdes Rachid Vaz de Almeida

*Alia a luta intransigente pela defesa dos direitos humanos, sobretudo de meninas e mulheres em situação de violência, com um comportamento sempre terno, respeitoso e agregador.*

Promotora de Justiça Sílvia Chakian – Ministério Pública de São Paulo

*Toda a vida profissional da Angélica talvez possa ser bem ilustrada com as seguintes palavras: sempre soube escutar, dialogar, conviver e compartilhar!*

Professora Sílvia Pimentel – PUC-SP

*Trouxe de forma inovadora a todas e todos nós a importância de aprimorar nossas percepções e compreender que a violência de gênero, quando atravessada pelo racismo, agrava e impacta sobremaneira as vidas de mulheres negras.*

Advogada Claudia Patrícia de Luna – OAB-SP

*Durante toda a sua carreira apresentou atuação revolucionária e comprometida com a equidade de gênero que pode ser identificada, por exemplo, no seu empenho incansável pela aplicação integral da Lei Maria da Penha.*

Núcleo de Promoção e Defesa dos Direitos das Mulheres da Defensoria Pública de São Paulo



# É possível para as mulheres fazer a diferença no Poder Judiciário?

Fabiana Cristina Severi<sup>1</sup>  
Thainara Saiane da Silva José<sup>2</sup>  
Camila Maria de Lima Villarroel<sup>3</sup>

**N**o âmbito dos estudos em nosso grupo de pesquisa Acesso à Justiça e Desigualdades, da Faculdade de Direito de Ribeirão Preto da USP, temos buscado realizar pesquisas que possam nos ajudar a responder a pergunta sobre a existência ou não de mudanças na forma de realizar a prestação jurisdicional decorrente da presença de mulheres na magistratura.

De acordo com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ, 2018), os tribunais brasileiros alteraram muito pouco o seu perfil sociodemográfico desde os anos 90. A maioria dos juízes declara-se branca, pertencente a camadas sociais médias e altas, casada, com filhos e, em média, com 46 anos de idade. A maioria afirma também ser católica e ter familiares próximos na mesma profissão. Apesar de algum aumento de mulheres e minorias

étnico-raciais nas últimas duas décadas, o perfil branco e masculino da magistratura se mantém, sobretudo, nas posições mais altas da carreira.

**A COMESP figura entre as cinco coordenadorias que mantêm um conjunto significativo de experiências de interação com ONGs feministas, movimento mulheres, acadêmicas e instituições de ensino/pesquisa no desenvolvimento de suas atividades institucionais (SEVERI, 2019)**

Que diferença poderia fazer a mulher num tal contexto? Desde 2014, temos realizado pesquisas sobre o TJSP, procurando analisar decisões judiciais sobre várias questões relacionadas com os direitos das mulheres. Também conduzimos 18 entrevistas com vários profissionais do direito que são reconhecidos, tanto dentro como fora das instituições onde operam, por suas posições

em defesa dos direitos humanos.

A atuação de uma juíza específica do TJSP, Angélica de Maria Mello de Almeida, tem nos chamado atenção. Advogada, graduada em 1969, ingressou na Magistratura em 1995 pelo Quinto Constitucional da classe da Advocacia junto ao Tribunal de Alçada Criminal, nomeada desembargadora do Tribunal de Justiça em janeiro de 2005. É reconhecida por sua posição em defesa dos direitos humanos e menos favorável ao encarceramento como única medida adequada.

A desembargadora Angélica se destaca pelo respeito ao diálogo entre pares, havendo dados sugestivos de que leva a sério a utilização da perspectiva de gênero e do controle de convencionalidade no processo de tomada de decisão. Ela é uma das relatoras que, com



<sup>1</sup> Professora Associada ao Departamento de Direito Público da Faculdade de Direito de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo. Integrante do Grupo de Pesquisa Acesso à Justiça e Desigualdades do Programa de Mestrado em Direito da FDRP. Uma versão do presente texto foi apresentada durante o Congresso Anual da ABRASD (Associação Brasileira de Sociologia do Direito) de 2019, na mesa "Gênero e Profissões Jurídicas", composta também por Ulrike Schultz (Alemanha-Presidente do Comitê Internacional de Sociologia Jurídica), Renata Costa (Unilassale) e Fernanda Fonseca Rosemblatt (UNICAP).

<sup>2</sup> Mestranda na Faculdade de Direito de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo.

<sup>3</sup> Mestranda na Faculdade de Direito de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo.







maior frequência, utiliza em seus votos relativos a casos de violência doméstica termos como “Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher”, “relações de gênero”, “vida livre de violência”, “Convenção de Belém do Pará” e “discriminação baseada no gênero”. (SEVERI, 2018).

ações destinadas a melhorar a qualidade do acesso das mulheres em situações de violência doméstica à justiça, ao mesmo tempo em que procura promover o debate sobre as desigualdades nas profissões jurídicas no próprio Tribunal. No estudo comparativo por nós realizado, sobre a atuação das coordenadorias estaduais da maioria dos tribunais estaduais do país, a Comesp figura entre as cinco coordenadorias que mantêm um conjunto significativo de experiências de interação com ONGs feministas, movimento mulheres, acadêmicas e instituições de ensino/pesquisa no desenvolvimento de suas atividades institucionais (SEVERI, 2019).



Desde 2012, atua como coordenadora da Comesp, coordenadoria do TJSP sobre violência doméstica contra as mulheres. Nessa coordenadoria, tem mantido uma agenda de

A desembargadora Angélica tem feito a diferença e sua atuação serve de inspiração a outras mulheres e pessoas que, como ela, são ardorosas defensoras dos direitos humanos e acreditam que podem, com sua atuação profissional, produzir transformações e mudanças, em busca de uma sociedade mais fraterna, justa e igualitária, onde o respeito e a dignidade sejam a regra.



#### Referências

- CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. O Poder Judiciário na aplicação da Lei Maria da Penha. Brasília: Conselho Nacional de Justiça, 2017.
- KAWAGE, Tharuell Lima. Mulheres na Magistratura Paraense: uma análise das percepções das desembargadoras do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJPA) sobre trajetória profissional e atuação jurisdicional voltada à efetivação dos direitos humanos das mulheres. Dissertação (Mestrado). Ribeirão Preto: FDRP(USP), 2017.
- JESUS FILHO, José de. Administração penitenciária: o controle da população carcerária a partir da gestão partilhada entre diretores, judiciário e facções. Tese (CDAPG) - Escola de Administração de Empresas de São Paulo, 2017.
- SEVERI, Fabiana Cristina. Políticas judiciárias sobre violência contra as mulheres: um estudo sobre as coordenadorias estaduais das mulheres em situação de violência dos Tribunais Estaduais de Justiça no Brasil. *Direito Público*, [S.l.], v. 16, n. 88, ago. 2019. ISSN 2236-1766. Disponível em: <<https://www.portaldeperiodicos.idp.edu.br/direitopublico/article/view/3522>>. Acesso em: 01 dez. 2020.
- \_\_\_\_\_. O gênero da justiça e a problemática da efetivação dos direitos humanos das mulheres. *Revista Direito e Práxis*, v. 7, n. 1, p. 80-115, 2016.
- \_\_\_\_\_. Lei Maria da Penha e o projeto jurídico feminista. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2018.



O livro

## **INSUBMISSAS**

### **LÁGRIMAS DE MULHERES,**

de Conceição Evaristo, reúne treze contos de mulheres e meninas que desafiam a lógica do mundo patriarcal e enfrentam as dores da condição de mulher não de maneira heroica, mas de um modo real, com angústias, frustrações, tristezas, amores, dores, descobertas e tudo o mais que permeia a vida.

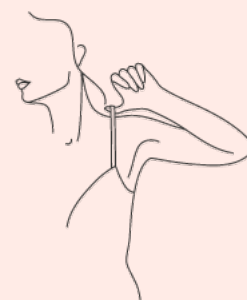


Em Aramides Florença, conto que inaugura a obra, na medida em que a maternidade da personagem se desenvolve, o “pai de seu filho” como Aramides vai se referir, mostra-se um homem imaturo e violento, incapaz de dividir aquilo que pensa ser seu objeto – a mulher – com outro homem, ainda que seu filho. O ciúme e a violência deixam marcas no corpo e na alma de Aramides, que são traduzidas pelas letras de Evaristo.

Natalina Soledad, nascida mulher, é recusada pelo pai em razão do gênero. Seu nome de batismo, Troçoléia Malvina Silveira, registra o desprezo familiar pela audácia de não ter nascido homem, tal como os irmãos que a antecederam. Soledad recusa o nome de batismo e decide se autoneamar. Ao despir-se do nome, liberta-se das opressões sofridas até então e renasce, sem culpa, como mulher.

A narrativa de Shirley Paixão revela o cotidiano da violência sexual praticada no seio familiar. Ao encontrar aquele que considerava seu homem violentando sua enteada, Shirley não tem dúvida: tenta matá-lo, sendo contida por populares. Embora tenha defendido a filha de seu companheiro, Shirley se irmana à vítima e acolhe a dor da enteada como se sua filha legítima fosse, provocando reflexões sobre a importância da sororidade entre mulheres.

Em Adelha Santana Limoeiro, Conceição apresenta a complexidade das relações conjugais e seus vínculos de afeto. Em uma noite, Adelha é chamada a socorrer seu marido na casa de outra, bem mais jovem, com quem tentava manter-se vivo enquanto recusava o declínio físico inerente à idade. Ao invés da ira, a compaixão, oferecida a alguém que reduzia a sua existência a um único órgão, o sexual, e que morreu quando este também já não produzia mais vida.



Os contos vão se desenvolvendo e mostrando as histórias de mulheres complexas e multifacetadas, que não cabem em rótulos ou estereótipos, misturando ficção com realidade, através da técnica da “escrivência”, própria da autora.

Em comum, os contos trazem mulheres que desejam ser ouvidas e que encontram alguém que as escuta de forma atenta e respeitosa, dando-lhes voz através de seu trabalho. Nesse ponto, a semelhança entre Conceição e Angélica: mulheres que ouvem com o coração e que reproduzem com o sentimento, buscando construir melhores condições de vida para todas nós.

**À elas, o nosso eterno agradecimento!**

Flavia Martins de Carvalho - juíza TJSP

